



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML 1ª RM
LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO
(Botica Real Militar/1808)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 57/2020 – LQFEx

(Art. 4 da Lei nº 13.979/20)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64614.002114/2020-19

TERMO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Em conformidade com o disposto no Art 38 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 e na Portaria Ministerial Nº 35, de 24 de maio de 1995 (IG 12-02) autuo nesta data o Processo Administrativo referente à Dispensa de Licitação acima indicada, cujo objeto e recursos estão definidos no despacho do Ordenador de Despesas contido na Requisição nº 057 – DPCApLog/LQFEx, de 20 de maio de 2020.

Rio de Janeiro, RJ, 20 de maio de 2020.


Khleber José Eugênio de Araújo -TC
Chefe da Seção de Licitações e Contratos



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML - 1ª RM

LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO
(Botica Real Militar/1808)



Relatório
67

Requisição nº 057 – DPCApLog/LQFEx

Rio de Janeiro - RJ, 20 de maio de 2020.

Do Chefe da Divisão de Planejamento, Controle e Apoio Logístico.

Ao Sr Chefe da Divisão Administrativa

Assunto: Aquisição de insumos - 33.90.30 SI 09

Rfr: Art. 13 das IG 12-02.

1. Nos termos contidos no Art. 13 das IG 12-02, aprovada pela Port Min nº 305, de 22 MAIO 1995, solicito-vos providências no sentido de aprovar a aquisição de insumo abaixo especificado:

EMPRESA		SULMINAS INGREDIENTES LTDA		
CNPJ		02.678.215/0001-91		
MODALIDADE		DISPENSA DE LICITAÇÃO		
CATMAT	MATERIAL	QTDE (kg)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
434657	CLOROQUINA	500	1.304,00	652.000,00

2. Justifico tal solicitação pela necessidade de aquisição do item supracitado para produção de cloroquina utilizado no tratamento do COVID-19 em conformidade pela Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020. O produto será armazenado no Almoxarifado de Insumos.

44/10

ANA PAULA FIRMINO DA SILVA - Cap

Respondendo pela chefia da Divisão de Planejamento, Controle e Apoio Logístico

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO
ADMINISTRATIVA**

1. O referido material/serviço necessita ser adquirido;
2. Para fins do Art. 38 da Lei 8.666, de 21 JUN 1993, empregar os recursos da Natureza da Despesa

339030-09 - cov 1019

Em 20.05.2020

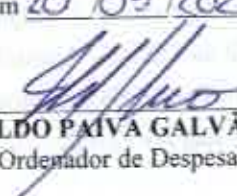

ELMIR BRANDÃO GALINDO - 2º TEN

Respondendo pela Chefia da Fiscalização Administrativa.

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESA

1. Autorizo a aquisição do material/serviço e determino a abertura de processo licitatório, se for o caso;
2. A Comissão Permanente de Licitação adote os procedimentos cabíveis de acordo com as normas em vigor;
3. Publicação em Boletim Interno: () Sim () Não.

Em 20.05.2020


HAROLDO PAIVA GALVÃO - Cel
Ordenador de Despesas



RJ, 19/05/2020

Governo Federal
Ministério do Exército
Laboratório Químico Farmacêutico do Exército
Divisão de Planejamento, Controle e Apoio Logístico
A/C T.C. Sandra
Chefe da Divisão Dpcaplog
Tel.: (21) 2201-5595 ou 2281-1426 ramal: 220

De: Marcelo Luis Mazzaro
Tel 21 2492 1406

REF: LQFEX – CLOROQUINA DIFOSFATO

Ilmo Sr Diretor do LQFEX,

Conforme solicitado, enviamos para sua apreciação e avaliação, nossa proposta comercial para o referido insumo:

Produto: CLOROQUINA DISFOSFATO
Fabricante: IPCA/ Índia
Qty: 500Kg
Valor Unitario: R\$ 1.304,00 / Kg

ICMS - Incluso

DIFAL - Inclusa

Entrega programada: EMERGENCIAL AÉREA

Local de entrega: LQFEX

Pagamento: 30 dias

Entrega: Imediata

Atte

CNPJ 02.678.215/0001-91
SUL DE MINAS INGREDIENTES LTDA
Marcelo Luis Mazzaro
CNPJ 02.678.215/0001-91
Rua Atilio Casadei, 1441 - Campanha - MG - CEP 37.400-000
Tel/Fax: 55 35 3261 3787 - Sulminas@rjnet.com.br

SUL DE MINAS INGREDIENTES LTDA

Rua Atilio Casadei, 1441 - Campanha / MG - CEP 37.400-000 - Tel/Fax 55 21 2492 1406
Tel.Fax: 55 35 3261 3787 - Sulminas@rjnet.com.br



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML 1º RM
LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO
(Botica Real Militar/1808)

COVID-19- LEI N. 13.979/20 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 57/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64614002334/2020-19

TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO

1. Aquisição através de Dispensa de Licitação para aquisição de insumo farmacêutico ativo – IFA, utilizado na produção de CLOROQUINA 150 mg, para atender às demandas das diversas unidades de Saúde do Exército Brasileiro, Ministério da Defesa (Marinha e Aeronáutica), e o Ministério da Saúde no combate ao COVID-19.
 - 1.1. A aquisição do IFA visa a produção de CLOROQUINA 150 mg, preconizada no tratamento do COVID-19. A aquisição deste insumo para a produção deste medicamento visa o combate desta doença sendo considerado caráter emergencial de saúde pública mundial.
 - 1.2. O item solicitado não possui saldo nos processos licitatórios existentes no LQFEx, pois já foram utilizados em produções anteriores e por isso se faz necessário a Dispensa de licitação, principalmente, devido o caráter de urgência ocasionado pelo aumento dos casos de COVID-16.
 - 1.3. O critério de julgamento adotado foi o menor preço do item, observando como referência o preço vigente de mercado, a pesquisa de preços com fornecedores e/ou painel de preços e está amparada o contido no Art. 4, Inciso I, II, III e IV da Lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020.
 - 1.4. Fica estabelecido que em caso de eventual divergência na descrição associada ao código CATMAT-dos insumos no sistema COMPRASNET e a descrição trazida neste Termo de Referência prevalecerá **SEMPRE** este último;
 - 1.5. Aquisição de insumos farmacêuticos para produção emergencial de CLOROQUINA 150 mg, pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência e conforme **Requisição nº57-DPCApLog/LQFEx**, de 20 de maio de 2020.

[Assinatura]

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QUANT
1.	<p>CLOROQUINA, DIFOSFATO Sinônimo: 7-cloro-4-[[4-(dietilamino)-1-metilbutil]amino]quinolina fosfato (1:2)¹ Fórmula Molecular: C₁₈H₂₆ClN₃ · 2 H₃PO₄¹ Peso Molecular: 515,86¹ DCB: 02489 CAS: 50-63-5¹ 1 - Descrição: Pó cristalino, de coloração branca ou quase branca, higroscópico. Apresenta polimorfismo;² 2- Solubilidade: Solúvel ácidos diluídos, clorofórmio e éter; muito pouco solúvel em água;² 3- Identificação A, B, C e D: Passa o teste;² 4- Perda por dessecação: Máximo a 2,0%;^{1,2} 5- pH: 3,8 a 4,3 determinar em solução a 10,0% (p/v) em água isenta de dióxido de carbono;² 6- Faixa de fusão: 193 a 195 °C para um dos polímeros, 215 a 218 °C para o outro polímero;² 7- Impurezas Orgânicas: Passa o Teste;¹ 8- Doseamento: 98,0 a 102,0% , em relação à substância seca;¹ 9- Teste de segurança biológica: ⁴ Fungos e Leveduras: Máx. de 100 UFC/g. Total de bactérias aeróbias: Máx. de 1000 UFC/g. Microrganismos patogênicos: Ausência em 1g de <i>Escherichia coli</i>, <i>Staphylococcus aureus</i> e <i>Pseudomonas aeruginosa</i>. 10- Estocagem: Recipientes bem fechados;¹ 11- Tamanho de partícula: Tamanho médio de partícula de 155,4 µm;² 12- Densidade Aparente: 0,70 - 0,80 g/mL;² 13- Densidade Compactada: 0,82 - 0,92g/mL;² 14- Umidade: Até 0,9 %;¹ 11- Análise térmica de varredura: Apresenta somente um evento térmico referente a fusão da substância na faixa de 186°C a 206°C;³ 12- Laudo analítico: Todos os lotes do material devem vir acompanhados do Laudo Analítico do Fabricante contendo, no mínimo, as informações constantes desta especificação;³ 13- Transporte: O material não deve ser carregado em veículos que se destinam, originalmente, ao transporte de alimentos, devendo a caçamba do mesmo encontrar-se totalmente fechada, sem fenda ou abertura, e possuir certificado de sanitização com prazo de validade. AQL-0.010 (Nível de qualidade aceitável, segundo o padrão MIL-STD 105- D nível II);³ 15- Prazo de Validade: Não deve ter transcorrido, mais de 80% do prazo de validade previsto;³ 16- Presença de Forma Polimórfica II, comprovada através de termograma de DSC e difratograma de Raios-X;³ 17- "Drug Master File" (DMF): Deverá ser apresentado no momento da entrega, contendo informações sobre composição química, incluindo rota de síntese, produtos intermediários e resíduos, local e processo produtivo, cumprimento de Boas Práticas de Fabricação e condições de armazenamento.³ OBS.: Fornecer Drug Master File com tradução⁴ Referências Bibliográficas: 1 - USP 42, NF 37, pag. 939, 2019. 2 - Farmacopéia Brasileira 6ª ed. v.02, pag. , 2019. 3 - Desenvolvimento Interno. 4 - Farmacopéia Brasileira 6ª ed, v. 01, pag. 414, 2019.</p>	434657	Kg	500

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional, declarada por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Sr. Ministro de Estado da Saúde.



2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Aquisição de insumo farmacêutico ativo - IFA necessário para a produção de CLOROQUINA 150 mg, medicamento preconizado no tratamento do COVID-19, que visa evitar o agravamento da doença e o maior número de pessoas que venham a utilizar os leitos hospitalares das unidades intensivas do CTI sobrecarregando ainda mais o Sistema de saúde nacional.
- 2.2. O LABORATORIO QUIMICO FARMACEUTICO DO EXERCITO - LQFEX, é uma Organização Militar Industrial, criado pela Portaria Normativa Nº 1.242/MD de, 21 de setembro de 2006, que tem como missão produzir medicamentos e outros produtos que previnam e curem doenças melhorando a qualidade de vida e que representem excepcional valor às nossas partes interessadas.
- 2.3. O Laboratório atua no ramo farmacêutico e sua atribuição específica é de fabricar, armazenar e distribuir medicamentos, destinados às Organizações Militares e outros Órgãos Públicos como o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios (Regulamento do Laboratório Químico Farmacêutico do Exército – R-132, 1984).
- 2.4. A motivação da presente solicitação consiste na aquisição de insumo farmacêutico utilizado na produção de Cloroquina 150 mg, produto este utilizado no combate do Coronavírus e sua distribuição visa atender as diversas unidades de saúde do Exército Brasileiro, Ministério da Defesa (Marinha e Aeronáutica), bem como o Ministério da Saúde

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum, conforme preconiza o art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 dias, contados da data de recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço:

ÓRGÃO GERENCIADOR:

LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO

UASG: 160328

Rua Licínio Cardoso, 96 – Triagem – Rio de Janeiro – RJ - CEP: 20960-015.

- 4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade dos insumos, na data da entrega não poderá ser inferior a 80 % do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 72 horas, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, laudo de aprovação expedido pelo Controle de

Qualidade, confirmação da quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais, taxas, tributos e contribuições que incidirem, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67, Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

[Assinatura]

- 10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.



10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista que a aquisição/entrega de cada item será de forma imediata conforme a emissão da Nota de Empenho, para a efetiva distribuição.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

LQFEX
FLS. 12
gr.

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.3. multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.3.1. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.3.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

13.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.4. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.3.3, 13.3.4 e 13.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a empresas ou profissionais que:

13.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

AA/ho

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

14.1. Será utilizado o recurso emergencial destinado ao combate e enfrentamento do coronavírus.

15. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

15.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

15.2. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

15.2.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

15.3. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

15.4. Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

15.4.1 Os laudos analíticos referentes às análises de qualidade devem ser assinados por profissional legalmente habilitado.

15.4.2. Licença Sanitária da Visa local para armazenar, distribuir, fracionar e/ou importar insumos farmacêuticos para produção de medicamentos de uso humano;

15.4.3. Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) para as atividades de fornecimento de insumos farmacêuticos para a produção de medicamentos de uso humano;

15.4.4. Atestado de Capacidade Técnica em cópia acompanhada do original ou autenticada em cartório, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características com o objeto da licitação, qual seja, fornecimento de insumos farmacêuticos para a produção de medicamentos de uso humano.

15.4.5. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, no original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação.

16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

16.2. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente aos ao Termo de Referência, Anexo I do Edital.

16.3. Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, de

acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dê preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.

- 16.4. Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo tanto de água quanto de energia, conforme instituído no Decreto nº 48.138/03.
- 16.5. Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de eficiência energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, Portarias INMETRO nº 289/06 e nº 243/09.
- 16.6. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, e prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas inservíveis, pois seus resíduos são utilizados para fabricação de vidros, tintas, cerâmicas, e segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/99.
- 16.7. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento de seus empregados para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes.
- 16.8. Os resíduos pertencentes ao Grupo B do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, com características de periculosidade, conforme Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem devem ser submetidos a tratamento e disposição final específicos. Submetam-se a estas regras todas as empresas geradoras de resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar riscos à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade. Fazem parte deste grupo, por exemplo, drogarias, farmácias e distribuidores de produtos farmacêuticos, etc.
- 16.8.1. Os resíduos no estado sólido, quando não tratados, devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos - Classe I.
- 16.8.2. Os resíduos no estado líquido não devem ser encaminhados para disposição final em aterros.
- 16.8.3. Os resíduos sem características de periculosidade não necessitam de tratamento prévio e podem ter disposição final em aterro licenciado, quando no estado sólido, ou ser lançados em corpo receptor ou na rede pública de esgoto, quando no estado líquido, desde que atendam as diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais, gestores de recursos hídricos e de saneamento competentes.



Rio de Janeiro, 20 de maio de 2020.



ANA PAULA FIRMINO DA SILVA - Cap

Respondendo pela chefia da Divisão de Planejamento, Controle e Apoio Logístico

APROVAÇÃO

Aprovo o presente Termo de Referência de acordo com o contido no Art. 4, Inciso I, II, III e IV da Lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, e autorizo a aquisição do material referido no objeto, mediante Dispensa de Licitação.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2020.



HAROLDO PAIVA GALVÃO - Cel
Diretor do LQFEX

b. LICITAÇÕES E CONTRATOS

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Abertura de Processo Licitatório Emergencial - Dispensa de Licitação nº 55/2020. Objeto: Contratação de serviço de manutenção e reparo da escada metálica do prédio do Controle de Qualidade, conforme prevê o inciso I do art. 24 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Em consequência, a SALC, Seção de Administração Financeira, Seção de Controle de Qualidade e demais interessados tomem conhecimento e providências administrativas cabíveis.

Abertura de Processo Licitatório Emergencial - Dispensa de Licitação nº 56/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção das câmeras, conforme prevê o inciso I do art. 24 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Em consequência, a SALC, Seção de Administração Financeira, Seção de Inteligência e demais interessados tomem conhecimento e providências administrativas cabíveis.

Abertura de Processo Licitatório Emergencial - **Dispensa de Licitação nº 57/2020**. Objeto: Aquisição de Cloroquina, conforme prevê o art. 4º da Lei nº 13979, de 6 de fevereiro de 2020.

Em consequência, a SALC, Seção de Administração Financeira, Divisão de Planejamento Controle e Apoio Logístico e demais interessados tomem conhecimento e providências administrativas cabíveis.

c. ATRIBUIÇÃO DE ENCARGO

1) DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO

Foi designado(a) a assumir as funções de Chefe da Divisão Administrativa e Fiscal Administrativo, a contar de 29 ABR 20, em virtude do afastamento temporário do(a) Ten Cel ALEX DE AGUIAR DUTRA ter ultrapassado 30 (trinta) dias, de acordo com o art. 379, inciso II e parágrafo 1º, da Portaria nº 816-Cmt Ex, de 19 DEZ 03 (RISG).

2º Ten QAO ELMIR BRANDÃO GALINDO

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 20898, de 20 de maio de 2020, da(o) S/1)

2) DESIGNAÇÃO DE SUBSTITUTO DE TITULAR DE FUNÇÃO

Passou a responder pela função de Chefe da Seção de Controle da Qualidade Físico-Químico e Microbiológico, a contar de 17 MAR 20, cumulativamente com as funções que já exerce, em substituição ao(a) Cap FABIOLA PETRI, titular da função supracitada, por motivo de autorização para realização de trabalho remoto.

1º Ten OFT JOYCE PAULO GOMES

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 20899, de 20 de maio de 2020, da(o) S/1)



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML - 1º RM

LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO
(Botica Real Militar / 1808)

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇO DE MERCADO Nº 67/2020 (Averiguação da Aquisição de Cloroquina – dispensa de licitação)

1. INTRODUÇÃO

A presente de pesquisa de preço de mercado tem por objetivo, a averiguação da aquisição de Cloroquina, conforme Requisição nº 057/2020, Divisão de Planejamento Controle de Apoio Logístico-DPCApLog, de 20/05/2020, com base na Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para atender as necessidades da área de produção, relativos ao Covid-19, de posse de nota de empenho 2020NE800081 de 20 de maio de 2020, conforme discriminado abaixo:

ITEM	CAT MAT	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	MED	QTDE
01	434657	Cloroquina	Kg	500

A aquisição do material mencionado acima foi realizada pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (LQFEx), situado à Rua Licínio Cardoso nº 96, CEP 20.960-015, Triagem, RJ, Tel/fax (21) 2391-0868, e todas as despesas correram por conta da empresa até sua efetiva entrega.

2. DESENVOLVIMENTO

A pesquisa realizada tem amparo no Decreto nº 7.892/13, Art. 9º, inciso XI, seguindo o previsto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; na Instrução Normativa (IN) nº 5, de 27 de junho de 2014, atualizada pela IN nº 3, de 20 de abril de 2017, tudo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG).

Cabe ressaltar que a aquisição pretendida será realizada no Brasil e que a Seção de Análise e Pesquisa de Preços utilizou, para a obtenção dos valores de referência desta pesquisa, os parâmetros contidos no Art. 2º da supracitada IN nº 05/2014.

2.1. Análise do item:

2.1.1. **Parâmetro 1** – Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>, utilizando por base os filtros ano da compra, unidade de fornecimento, UASG, modalidade de compra, nome do material. Foi encontrado o item em sua descrição original de acordo com este parâmetro, conforme figura 01.

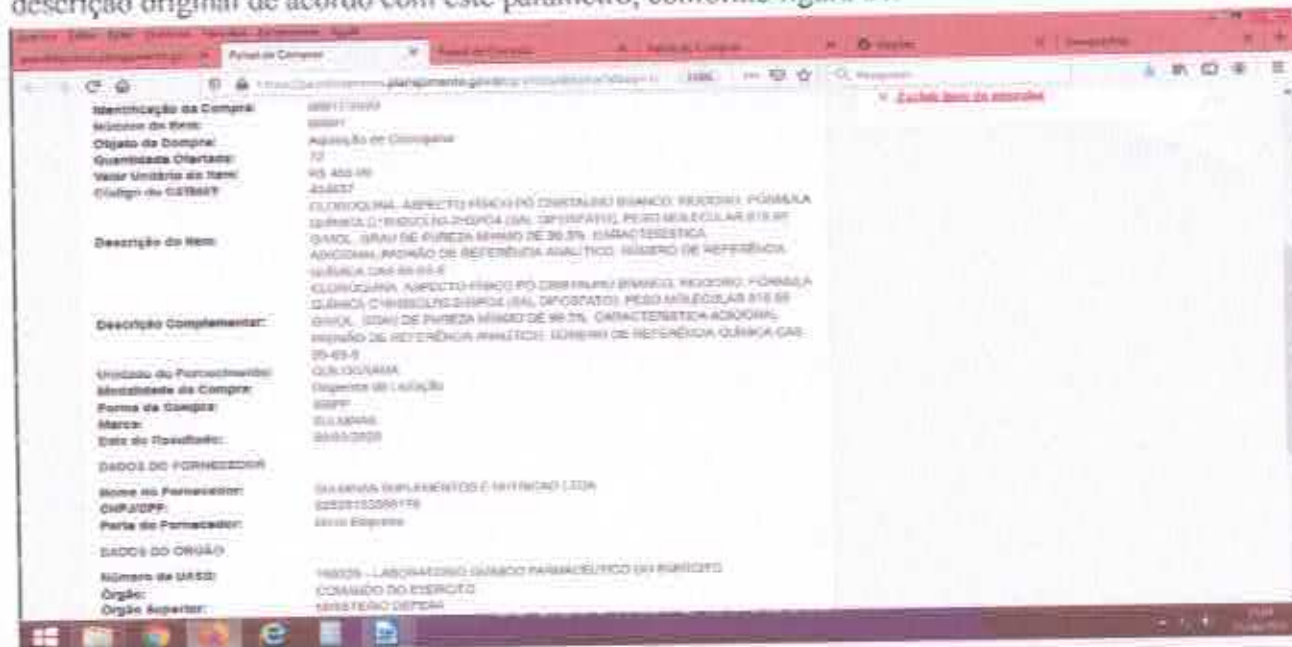


Figura 01: Painel de Preços (parâmetro 1)

Fonte <https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/graficos/detalhe?idSeq=1677566&painel=MATERIAIS>

2.1.2 **Parâmetro II - Contratações Similares** de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da pesquisa de preços. Não foi encontrado o item em sua descrição original, conforme figura 02.

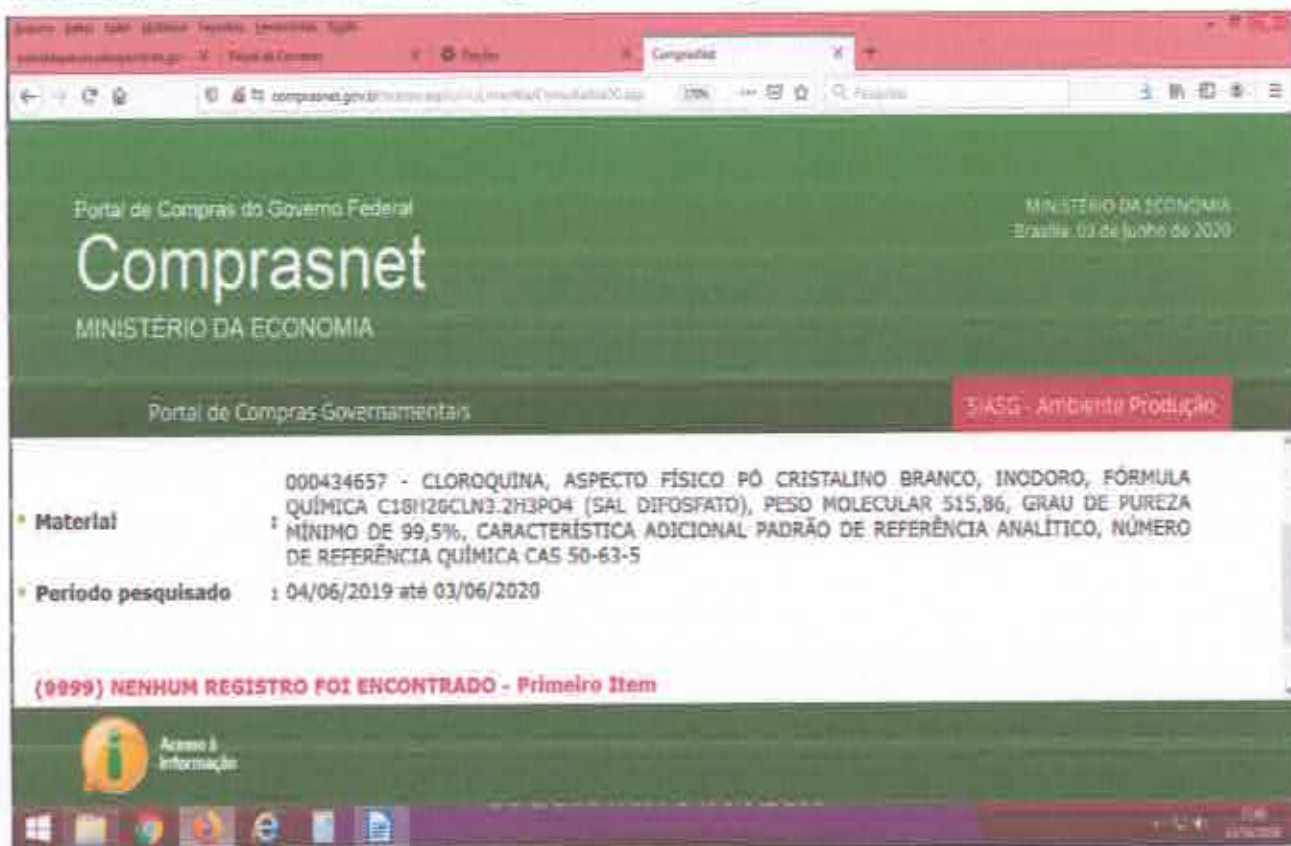


Figura: 02 Comprasnet (parâmetro II)

Fonte: <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/livre/pregao/ata0.asp>

2.1.3 **Parâmetro III – Pesquisa em mídia especializada**, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso. Foi encontrado o item em sua descrição original de acordo com este parâmetro, sendo a cotação do dólar comercial nesta data, suficiente para que com o menor preço oferecido neste parâmetro, conforme figura 03, ultrapassar com relação ao menor preço oferecido, no parâmetro IV, sem contar os custos adicionais de transporte por se tratar de produto internacional, fora a garantia e o tempo de entrega.

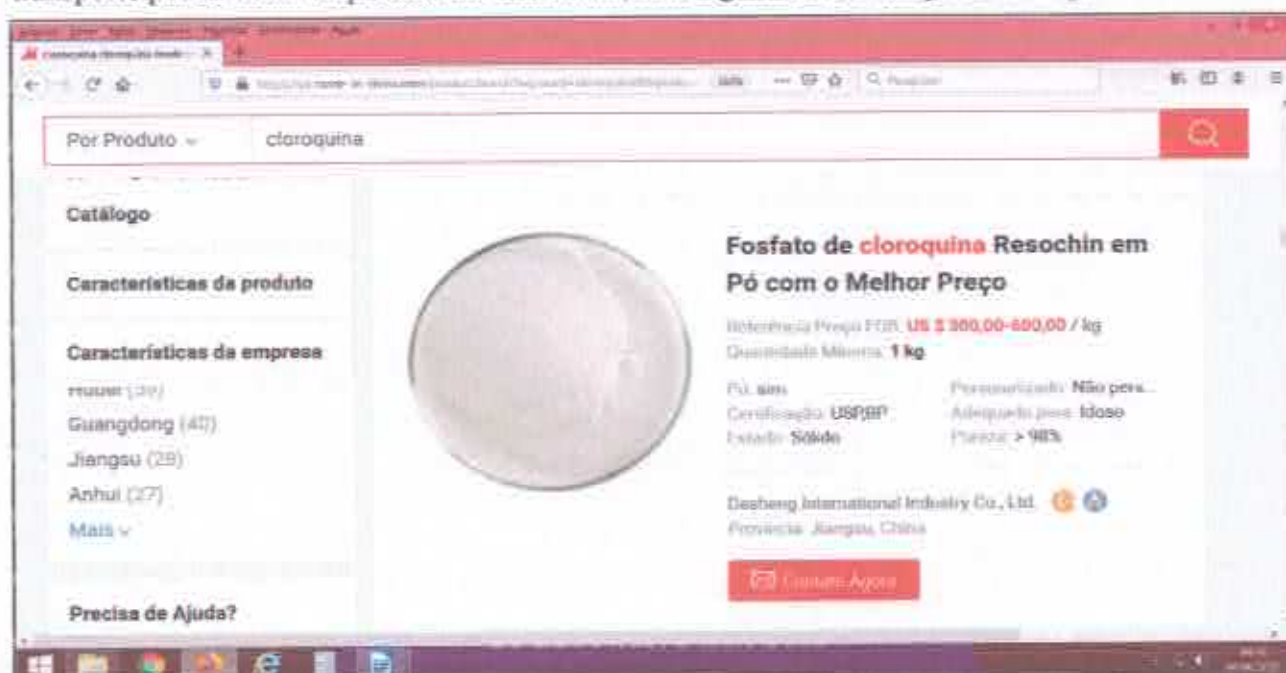


Figura 03: Parâmetro III – Pesquisa em mídia especializada



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML - 1º RM
LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO
(Botica Real Militar/1808)

MAPA COMPARATIVO DAS PROPOSTAS EXAMINADAS DA PESQUISA DE PREÇOS Nº 67/2020

PESQUISA DE PREÇOS	EMPRESA			PARÂMETRO	CNPJ
	01	SULMINAS SUPLEMENTOS E NUTRIÇÃO LTDA			
	02	M' CASSAB COMERCIO E INDUSTRIA LTDA			
	03	SULMINAS SUPLEMENTOS E NUTRIÇÃO LTDA			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTDE	MED	Preço Unitário (RS)		Preço de Referência (RS)	Preço Total (RS)	OBSERVAÇÃO
				01	02			
01	Cloroquina	500	Kg	488,00	1.860,00	1.304,00	652.000,00	MENOR PREÇO

Valor considerado inexecutable diante do preço praticado no mercado.

Rio de Janeiro, 04 de junho de 2020.

De acordo:

Vilma Gomes de Oliveira
VILMA GOMES DE OLIVEIRA - SC
Auxiliar da Seção de Análise e Pesquisa de Preços

Patricia Regina Carrelli Teixeira da Silva
PATRICIA REGINA CARRELLI TEIXEIRA DA SILVA - Cap
Chefe da Seção de Análise e Pesquisa de Preços

LQFEX
FLS. 20
92



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 02.678.215/0001-91
Razão Social: SUL DE MINAS INGREDIENTES LTDA
Nome Fantasia: SULMINAS INGREDIENTES
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 02/10/2020

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	28/10/2020
FGTS	Validade:	09/07/2020
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	15/11/2020

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	01/06/2020
Receita Municipal	Validade:	04/06/2020

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2020

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quilados - CADI

Drug(s)	Total de Prescriptions
Aspirin	0
Acetaminophen	144 and 311 cases

Código	Descrição	Contribuição da Inquilite
--------	-----------	---------------------------

^a Magnesium intercalation rate was 20 atoms.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 20/05/2020 16:17:47

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: SUL DE MINAS INGREDIENTES LTDA
CNPJ: 02.678.215/0001-91

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: TCU

Cadastro: Eletantes Indígenas
Resultado da consulta: Nada consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#)

Órgão Gestor: CNJ

Cadastro: CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade
Resultado da consulta: Nada consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#)

Órgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: Cadastro Nacional de Empresas Indígenas e Suspensas
Resultado da consulta: Nada consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#)

Órgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas
Resultado da consulta: Nada consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#)

Obs: A consultada assumirá a responsabilidade de pessoa jurídica, visa atender aos princípios de simplificação e

SIAFI2020-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)
20/05/20 16:40 USUARIO: KHLEBER
DATA EMISSAO : 20Abr20 VALORIZACAO : 20Abr20 NUMERO : 2020NC001759
UG EMITENTE : 160505 - DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL-GESTOR
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL
UG/GESTAO FAVORECIDA : 160328 / 00001 - L Q F EX

LQFEX
FLS. 24
gr

OBSERVACAO

DIEX NR 5-EGQ/LQFEX. AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PRODUÇÃO DE ALCOOL GEL E CLORO-
QUINA PARA AÇÕES DE COMBATE AO COVID19.RECURSO DEVERA SER APLICADO
EM CONFORMIDADE COM MP Nº 926 DE 20 DE MARÇO DE 2020 E ORIENTAÇÕES DA SEF.

NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	VALOR
300065	1	186121	0300000000	339030		110407	OE0304COV03	1.000.000,00

LANCADO POR : 03555606905 - KELVIN
PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

UG : 160505 20Abr20 16:25

BRANCO

Gerado Gerente 2020 05 20 16:25

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 1

EMISSAO : 20Mai20 NUMERO: 2020NE800081
ESPECIE : 01 - ORIGINAL
EMITENTE : 160328/00001 - LABORATORIO QUIMICO FARMACEUTICO DO EXERCITO
CNPJ : 10266175/0001-07 FONE: 55.21.2391.0868 RAMAL 210 GESTOR FINANCEIR
ENDEREÇO : RUA LICINIO CARDOSO, 96-TRIAGEM-RJTELEFAX 55.21.2391.0879
MUNICIPIO : 6001 - RIO DE JANEIRO UF: RJ CEP: 20960-015

CREDOR : 02678215/0001-91 - SUL DE MINAS INGREDIENTES LTDA
ENDEREÇO : ATILIO CASADEI 1441 SAO CRISTOVAO
MUNICIPIO : 4217 - CAMPANHA UF: MG CEP: 37400-000

TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE
2020NCO01248 DE 02ABR20 E 2020NCO01759 DE 20ABR20, DGP-GESTOR, "PARA ATENDER AC
SES DE ENFRENTAMENTO AOS EFEITOS DA COVID-19".CFE REQ N057-DPCALOG/LQFEX DE 20
MAI20. RESP CAP ANA PAULA PROC ORIGEM: 2020DI00057

CLASS : 1 52101 05153601121C06500 186121 03000000000 339030 110407 OE0304COV03
TIPO : GLOBAL MODAL.LICIT.: DISPENSA DE LICITACAO
AM. RO: LEI13979 INCISO: CP PROCESSO: 64614002114202019
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RJ /
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL
REFERENCIA: ART04/CP LEI13979/20 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 652.000,00
SEISCENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL REAIS

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339030 SUBITEM: 09 -MATERIAL FARMACOLOGICO
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 500 VALOR UNITARIO: 1.304,00
VALOR DO SEQ. : 652.000,00

500,00000 Quilograma
CLORQUINA, ASPECTO FISICO PO CRISTALINO BRANCO, INODORO, FORMULA QUIMICA
Cl₁₁ 26CLN3.2H3PO4 (SAL DIFOSFATO), PESO MOLECULAR 515,86 G/MOL, GRAU DE PUREZA
MINIMO DE 99,5 , CARACTERISTICA ADICIONAL PADRAO DE REFERENCIA ANALITICO,
NUMERO DE REFERENCIA QUIMICA CAS 50-63-5
MARCA: sul de minas ITEM DO PROCESSO: 00001 ITEM DE MATERIAL: 000434657

TOTAL : 652.000,00

HAROLDO BAIVA GALVÃO
ORDENADOR

GESTOR FINANCEIRO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML 1º RM
LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO DO EXÉRCITO
(Botica Real Militar/1808)

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Aos 20MAI20 procedemos ao encerramento deste processo nº
64614.002414/2020-19, contendo 25 folhas.


KhLEBER JOSÉ EUGÊNIO DE ARAUJO -TC
Chefe da Seção de Licitações e Contratos